



Volta ao Plenário

Projeto da conta única reinicia tramitação

A primeira sessão plenária depois das eleições foi marcada pelos cumprimentos e análises dos parlamentares sobre os resultados do pleito e pelo retorno da polêmica em torno do Projeto de Lei nº 250/2004, que permite a utilização dos depósitos judiciais pelo governo e tramita desde junho na Casa.

Como estava tramitando em regime de urgência, o projeto, modificado através de emendas nas comissões, estava trancando a pauta de votações. Na terça-feira, (5), com a chegada do pedido de autorização para a viagem do governador à Rússia - a convite do vice-presidente da República, José Alencar (PL), de 9 a 21 deste mês -, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pediu a retirada do regime de urgência, para desobstruir a pauta.

Deputados que integram a oposição (PFL e PP), e alguns da bancada petista, alegaram que o projeto já havia sido colocado na pauta de votação e deveria então ser apreciado pelo Plenário. Depois de muitas discussões e de uma reunião de líderes, o projeto acabou tendo o regime de urgência retirado e foi encaminhado para análise da Comissão de Segurança Pública, já que está diretamente vinculado ao reajuste salarial do pessoal da Segurança, pagamento da defensoria dativa e precatórios.

Página 7



Na volta às atividades normais, o retorno da polêmica sobre a conta única tomou conta da sessão plenária



Problemas em algumas urnas eletrônicas obrigaram a contagem de votos em cédulas de papel

País

Quinze capitais realizam 2º turno

Eleitores dos 5.562 municípios brasileiros foram às urnas para escolher seus vereadores e prefeitos. Em 15, das 26 capitais, será realizado o segundo turno.

O Tribunal Superior Eleitoral ainda não fechou os dados sobre o comparecimento do eleitor às 406 mil urnas eletrônicas. No total, o país tem 121.391.630 eleitores. Destes,

119.821.561 brasileiros estavam aptos a votar nestas eleições, já que eleitores do Distrito Federal (num total de 1.510.709) e os residentes no Exterior (59.352) não votam nas eleições municipais. PT, PSDB e PMDB foram os partidos que mais fizeram prefeitos. Os dois primeiros também foram os mais votados para a Câmara de Vereadores.

Santa Catarina

Destaque nacional mais uma vez

Com um eleitorado de 3.996.828 pessoas, o Estado foi, mais uma vez, o primeiro a iniciar a contagem dos votos e a anunciar o primeiro prefeito eleito, na cidade de Ermo. O Tribunal Regional Eleitoral ainda não finalizou as

estatísticas sobre o número efetivo de comparecimento do eleitorado.

Os eleitores da capital voltam às urnas no próximo dia 31 de outubro, para a decisão final entre os candidatos Chico Assis (PP) e Dário Berger (PSDB).

Entrevista

Desembargador Carlos Prudêncio, presidente do TRE/SC

Página 6

Os parlamentares que disputaram o pleito

Página 4

Página 3

Três deputados elegem-se prefeitos

Página 5

Fumicultura em crise

Acompanho as discussões sobre o polêmico Decreto Legislativo nº 602/2004, que inclui o Brasil no fórum internacional intitulado Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o qual prevê a ilusória idéia da possível erradicação do plantio de fumo no país. Se a proposta vingar, além de deixar grande contingente de produtores rurais desempregados, atingirá em cheio a economia de vários municípios, e da Nação como um todo. O projeto passou na Câmara dos Deputados e encontra-se no Senado. Trata-se de assunto de extrema complexidade, que merece a maior atenção e esmero das autoridades, pois envolve milhares de pessoas.

Aproximadamente 192 mil famílias brasileiras encontram na fumicultura sua principal fonte de sobrevivência. E é bom lembrar que enquanto o plantio de um hectare de soja e feijão rendem, respectivamente, R\$ 2,5 mil e R\$ 1,3 mil, o fumo chega à casa dos R\$ 11 mil. Segundo dados da Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), numa pequena propriedade o fumo representa 67% da produção agropecuária, enquanto o plantio de grãos, frutas e hortigranjeiros fica com 20%, e a produção animal chega a 13%.

Nos estados do sul, responsáveis por 95% da produção nacional de fumo, encontramos 411 mil hectares destinados à cultura, nos quais os agricultores ganharam R\$ 3,6 bilhões na última

safra, com produção de 851 mil toneladas. Todas as demais culturas renderam pouco mais de R\$ 1 bilhão, em cerca de 905 mil hectares.

A atividade fumageira é também uma das mais rentáveis para o país. Responsável por mais de 2,4 milhões de empregos diretos, gerou quase R\$ 6 bilhões em impostos em 2003. O Brasil é o segundo maior produtor mundial e o principal exportador de tabaco, com 80% da produção direcionada ao mercado externo.

O acordo afetará tal posição, com reflexos óbvios nos indicadores sócio-econômicos, implicando, por exemplo, no aumento do desemprego. Por isso, questiono se estamos em condições de prescindir uma atividade tão estratégica. Jamais vou recomendar o consumo do tabaco. O que me preocupa são os pequenos agricultores que tiram da terra a subsistência de suas famílias. Acho até que a proibição da produção de fumo poderá estimular o aumento de contrabando de cigarros, já que, hoje, um terço do que é comercializado no Brasil tem origem ilegal, gerando perda de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação. Pretendo uma saída viável. Se quiserem proibir a plantação, pelo menos dêem outra opção, para que não morram de fome - uma opção real, fundamentada nas peculiaridades brasileiras, não em meras especulações.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

O recado das urnas

O resultado das urnas nas eleições, muito além de decidir quem ficará no comando das prefeituras ou irá compor as câmaras de vereadores, trouxe consigo mensagens implícitas, que precisam ser traduzidas. As urnas disseram, por exemplo, que as pessoas não querem mais ouvir promessas mirabolantes, irreais, que esvanecem ao menor contato com a realidade.

Falaram também, às vezes de forma bastante categórica, que determinados políticos precisam urgentemente mudar o discurso fácil, demagógico, e sintonizar com os reais anseios da população; que o cidadão está cansado e muitas vezes frustrado, ao constatar o imenso abismo entre as promessas de campanha e a prática, tão logo o eleito assume seu posto.

A força da mensagem das urnas é tão própria e forte que derruba até mesmo previsões, otimistas demais, de figurões políticos. Houve quem previsse que determinado partido "faria" 200 prefeituras - e conseguiu pouco

mais de 100! O mesmo figurão predisse que os progressistas estavam sumindo: mas a sigla progressista obteve uma memorável vitória no sul do Estado, espalhando e se consolidando pela região da Amurel, pela região Carbonífera e assomando os municípios que margeiam a BR-101 no rumo do Sul.

Houve uma inegável polarização, em nível nacional, entre o principal partido do centro do Poder e os tucanos. Mas, mesmo o partido do presidente teve de ceder o lugar para outro, em municípios de expressão em Santa Catarina. E, vale a pena lembrar, que para nós ainda existe a indefinição da disputa na capital do Estado. Uma das mensagens claras das urnas foi para alguns marqueteiros políticos: muito mais do que um candidato maquiado, robotizado e quase virtual, o povo quer mesmo o essencial para representá-lo nas esferas do Poder: um cidadão honesto, competente, trabalhador e que ame sua gente. O resto é fantasia.

Deputado Valmir Comin (PP)

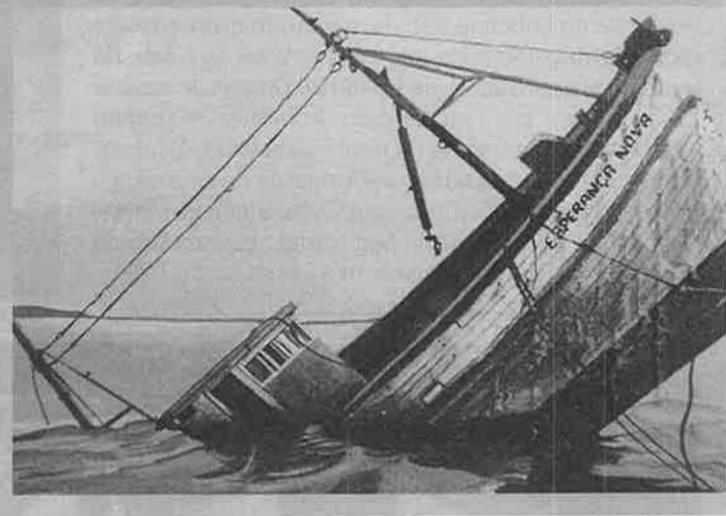
Exposição

Três estilos, uma imagem. *Una Imagem*, esse é o tema da exposição que acontecerá de 13 a 23 de outubro no Hotel Parthenon Lindacap/Terraço Gaia. A exposição mostrará que as grandes parcerias ainda são possíveis e que o mundo individualista ainda tem correção. A idéia do trabalho surgiu numa conversa de bar entre amigos e logo se tornou realidade. Olívio Lamas levou sua idéia a Yara Souza, que logo concordou. A parceria com João Maria Gomes da Silva foi mais inusitada. Depois de escutar uma conversa entre o fotógrafo e o organizador Luís Carlos Padilha, ele se ofereceu para colocar sua arte nas obras. E a idéia deu certo. Após dois meses de trabalho, tudo estava pronto.

A fotografia, o desenho e a pintura juntos para descrever uma só situação, que pode ser um barco naufragado (foto), uma canoa abando-

nada ou uma gaiivota solitária. Olívio, Yara e João Maria são autores de todas as obras. Lamas é o fotógrafo responsável pelos belos flagrantes, João Maria traz a sensibilidade, a leveza e a perspicácia do bico-de-pena. Os dois são completados pela técnica, sensibilidade, cores e tons que melhor expressam a realidade de Yara Souza.

O resultado final é um produto forte e quase real. "O legal de tudo isso é que mostramos que o mundo não está tão individual e que grandes parcerias somam muito", disse Lamas. A exposição terá sete trabalhos em 21 quadros casados. No dia 13, será aberta apenas para convidados. A partir do dia 14, a exposição será aberta ao público. *Una Imagem* tem como patrocinadores a Eletrosul, BESC e Codesc e ainda conta com parceiros como a Assembléia Legislativa, Belas Artes Molduraria e Vidraçaria e ACI (Associação Catarinense de Imprensa). (GMP)



O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaíne Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Imprensa da AL nas eleições 2004

A integração dos veículos de comunicação da Divisão de Imprensa da Alesc, TVAL, Rádio Digital e AL Notícias, resultou numa grande cobertura das eleições municipais de 2004. Desde as primeiras horas da manhã do último dia 3, dezenas de profissionais foram mobilizados para passar

à população tudo o que acontecia nos bastidores do pleito, durante o período de votação e também na apuração dos votos. Durante a programação, a TV AL apresentou matérias especiais, orientando, informando e interagindo com o telespectador, respondendo dúvidas dos eleitores, além de entrevistas com convidados espe-

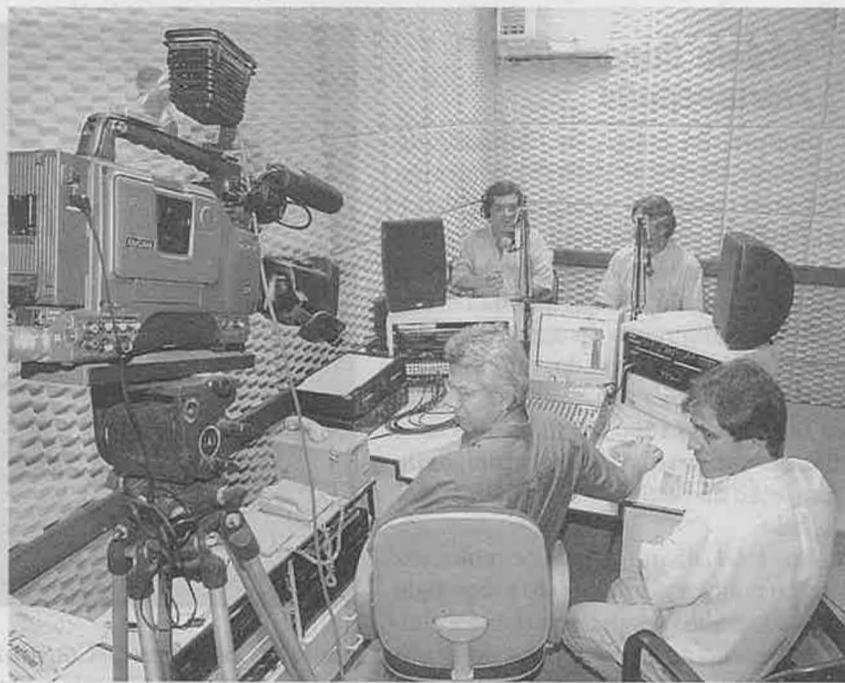
ciais, entre eles cientistas políticos e lideranças.

A partir das 18 horas, a TVAL estava com link ao vivo do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Dessa forma, o pessoal do estúdio e os profissionais que estavam no TRE repassavam todas as informações sobre a apuração, em Florianópolis, no Estado e em todo o país, através de boletins da Radiobrás. "Também estivemos integrados com a Rádio Alesc Digital, informando os acontecimentos e resultados do pleito no interior do Estado", observou o coordenador da TVAL, Cláudio Schuster.

A Rádio Alesc Digital fez a sua estréia em cobertura de acontecimentos externos e esse experimento, segundo o chefe do setor, Eduardo Rocha, foi de extrema importância. "A partir das 15 horas começamos a informar nosso ouvinte e rá-

dios do interior do Estado sobre tudo o que acontecia nas eleições em Santa Catarina. Além da integração com a TVAL, profissionais do AL Notícias davam a cobertura jornalística dos últimos acontecimentos do pleito. Nós já con-

tamos com certa audiência durante a semana e temos ouvintes de várias regiões. Mas esta primeira experiência externa, prestando serviço de informação aos nossos ouvintes superou nossas expectativas", avaliou Rocha. (CA)



Rádio teve sua primeira experiência externa



O cientista político Eduardo Guerine em entrevista à âncora Maria Helena

Estado anuncia primeiro prefeito eleito do país

O município de Ermo foi o primeiro do Brasil a encerrar a apuração dos votos, às 17h20min, e anunciar o prefeito eleito - o pefelista Marquinhos -, que conquistou um total de 1.017 eleitores, equivalente a 51,49% dos aptos a votar.

Em todo o Estado, 133 urnas eletrônicas apresentaram problemas e 3.649 eleitores tiveram que utilizar a velha cédula de papel. O problema foi registrado nas cidades de Chapecó, Curitibaanos, Laguna, Ituporanga, Araquari, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Cerro Negro e Florianópolis.

Do total de 293 candidatos às prefeituras de Santa Catarina, 146 concorriam à reeleição e 91 ganharam o voto para a permanência por mais quatro anos.

Capital terá segundo turno

Das duas cidades que comportam segundo turno no Estado, Joinville e Florianópolis, apenas na segunda os eleitores terão que retornar às urnas no próximo dia 31 de outubro para escolher entre Chico Assis (PP), da Coligação Florianópolis Sempre Mais (PP/PFL/PRTB/PSL/PSC/PAN), e Dário Berger (PSDB), da Coligação Avança Florianópolis (PSDB/PMN).

Oito candidatos disputaram os mais de 220 mil eleitores da capital. Berger ficou em primeiro, com 78.571 (35,59% dos votos válidos), e Assis levou 59.670 (27,03%). Sérgio Grando (PPS), ficou em terceiro, com 38.589 votos (17,48%), e o deputado Afrânio Boppré (PT), em quarto, com 34.455 (15,61%). Gerson Basso, do PV, levou 6.197 votos, Vavo (PTB), 1.867, Gilmar Salgado (PSTU), 1.184, e Osmar Pickler (PTC), 214. Elpídio Neves (PHS) teve a candidatura impugnada.

Os resultados nos 10 maiores colégios eleitorais do Estado

Joinville

Total de votos válidos: 259.933
 Prefeito reeleito: Marco Tebaldi (PSDB) - 132.687 (51,05%)
 Vagas na Câmara: 18
 Cadeiras conquistadas por partido: 4 PMDB, 4 PSDB, 2 PFL, 2 PSL, 4 PT, 1 PPS e 1 PP

Florianópolis

Total de votos válidos: 220.747
 2º turno
 Vagas na Câmara: 16
 Cadeiras por partido: 4 PP, 1 PT, 1 PCdoB, 1 PL, 3 PSDB, 2 PTB, 1 PMDB e 3 PFL

Blumenau

Total de votos válidos: 165.709
 Prefeito eleito: deputado João Paulo Kleinübing (PFL) - 75.783 (45,73%)
 Vagas na Câmara: 14
 Cadeiras por partido: 4 PT, 3 PMDB, 3 PFL, 2 PSDB, 1 PDT e 1 PP

Criciúma

Total de votos válidos: 105.078
 Prefeito reeleito: Décio Goes (PT) - 38.891 (37,01%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 3 PMDB, 1 PL, 2 PT, 1 PCdoB, 1 PSB, 1 PSDB, 1 PDT, 1 PP, 1 PL

São José

Total de votos válidos: 98.583
 Prefeito eleito: Fernando Elias (PSDB) - 43.289 (43,91%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 1 PMDB, 3 PFL, 1 PP, 3 PTB, 3 PSDB, 1 PT

Lages

Total de votos válidos: 88.819
 Prefeito reeleito: Raimundo Colombo (PFL) - 62.480 (70,35%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 5 PFL, 2 PDT, 1 PP, 2 PPS, 1 PMDB, 1 PSDB

Itajaí

Total de votos válidos: 89.680
 Prefeito eleito: deputado Volnei Morastoni (PT) - 48.565 (54,15%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 5 PFL, 2 PT, 2 PDT, 2 PP e 1 PMDB

Chapecó

Total de votos válidos: 86.584
 Prefeito eleito: deputado João Rodrigues (PFL) - 37.949 (43,83%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 2 PT, 2 PCdoB, 2 PFL, 2 PTB, 2 PMDB e 2 PP

Jaraguá do Sul

Total de votos válidos: 71.148
 Prefeito eleito: Moacir Bertoldi (PL) - 26.899 (37,81%)
 Vagas na Câmara: 12
 Cadeiras por partido: 1 PL, 1 PTB, 2 PSDB, 2 PT, 2 PFL, 2 PP e 1 PMDB

Palhoça

Total de votos válidos: 57.098
 Prefeito eleito: Ronério Heiderscheidt (PMDB) - 22.072 (38,66%)
 Vagas na Câmara: 11
 Cadeiras por partido: 4 PMDB, 1 PFLK, 2 PSDB, 1 PDT, 1 PTB e 2 PT

Deputados que disputaram a eleição

Afrânio Boppré (PT) Florianópolis

Boppré, da coligação *Florianópolis como Você Quer* (PT/PCdoB/PL), concorreu à prefeitura da capital catarinense pela segunda vez. A primeira tentativa foi em 1996, quando, num embate acirrado, o candidato foi ao segundo turno mas não se elegeu por uma diferença de apenas 7% nos votos. Afrânio, que ficou em quarto lugar, recebeu 15,61% dos votos válidos.

Nascido em 1960, no início dos anos 80 definiu seu perfil político participando da fundação do Partido dos Trabalhadores no Estado.

Em 1990, disputou pela primeira vez um cargo político, concorrendo a deputado federal. Dois anos depois, o petista foi eleito vice-prefeito de Florianópolis pela coligação Frente Popular, que tinha Sérgio Grandó como cabeça de chapa.

Atualmente, Afrânio cumpre o segundo mandato como deputado estadual. Na Alesc já foi presidente da Comissão de Finanças, e sub-relator da CPI dos Contratos da Dívida do Estado. Durante os anos de 2002 e 2003, foi líder da bancada. Integrou



ainda as Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência e Tecnologia, de Educação e do Mercosul.

Este ano, o deputado assumiu a presidência da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e a vice-presidência da Comissão de Tributação e Finanças, integrando também a Comissão de Administração e Serviços Públicos. (GMP)

Dionei Walter da Silva (PT) Jaraguá do Sul

Considerado um dos municípios de melhor qualidade de vida no Estado, Jaraguá do Sul obteve um dos resultados mais surpreendentes do último pleito. O deputado petista Dionei Walter da Silva ficou com a segunda colocação, obtendo 23.038 votos, ou 32,38% do total, perdendo para Moacir Bertoldi (PL), que recebeu 26.899 votos, ou 37,81%.

Catarinense de Pouso Redondo, Dionei nasceu em 14 de novembro de 1963, e até os 19 anos viveu no campo, trabalhando como agricultor. Formou-se em Pedagogia e em Direito pela FURB (Universidade de Blumenau) e fez pós-graduação em Direito Constitucional na Univali. Trabalhou na Caixa Econômica Federal, na Weg e como professor e orientador educacional da rede pública municipal de Jaraguá do Sul.



Foi assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos e do Sindicato dos Comerciantes de Jaraguá do Sul e região. Dionei foi ainda diretor do Sindicato dos Servidores Públicos do município e vice-presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. (TK)

Clésio Salvaro (PSDB) Criciúma

Clésio Salvaro (PSDB) disputou pela coligação PSDB, PDT, PSB, PTN, PSDC, PHS e PTC e ficou com a terceira colocação, obtendo 17.302 votos, 16,47% do total. O vencedor foi Décio Góes (PT), reeleito com 38.891 votos, ou 37,01% do total. Salvaro, natural de Siderópolis, formou-se como técnico em cerâmica no município de Cocal do Sul. Trabalhou como administrador de empresas na indústria carbonífera de Siderópolis.

Sua carreira política iniciou-se com a eleição para ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores, de 1988 até 1993, sendo reeleito por mais quatro anos. Foi presidente da Câmara de Siderópolis de 1991 a 1993. Em 1995, foi o terceiro



ro suplente de deputado estadual.

Elegeu-se ao parlamento estadual em 2004, sendo o quarto mais votado, com 48.302 votos. Atualmente é presidente reeleito da Comissão Permanente de Saúde, sendo membro das comissões de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo

à Família e à Mulher. Também presidiu a Comissão de Agricultura. (TK)

Paulo Eccel (PT) Brusque

O deputado concorreu à prefeitura de Brusque e obteve a terceira colocação com 6.593 votos válidos, equivalendo a 12,35%. O prefeito eleito foi o ex-deputado Ciro Roza (PFL), com 31.552 votantes, ou 57,06% do votos válidos. Parlamentar petista em primeiro mandato, Eccel nasceu em Brusque, é formado em Direito, já tendo atuado como advogado e professor universitário da Fundação Educacional de Brusque (FEB). A atuação política começou em 1986, quando filiou-se ao PT. Foi candidato a prefeito em 2000, com 16.307 votos. Em 2002, foi eleito deputado estadual, com 23.978 votos.

No Legislativo, Eccel define a sua atuação elaborando projetos de lei que garantam o desenvolvimento econômico e social da região e do Estado, a aplicação do dinheiro público nas reais necessidades da população, além de exercer a fiscalização dos atos do governo estadual.

Preside, há dois anos, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, tendo neste período realizado diversas audiências públicas como as que debateram alterações e aplicação do Artigo 170 da Constituição Estadual, que define a distribuição de bolsas ao ensino superior; o controle social na mídia - que

resultou na criação do Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia; estatuto da pessoa portadora de deficiência; municipalização do ensino; políticas educacionais para negros; ensino a distância oferecido pela Udesc, entre outras. (SD)



Altair Guidi (PP) Criciúma

Disputando esta eleição pela coligação PP/PFL, ficou em quarto lugar com 16.483 votos.

Natural de Criciúma, Guidi é formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná. Foi presidente do DAE (Departamento Autônomo de Edificações) em 1969/1977 e 1983/1987, e diretor da Fundação Educacional de Criciúma (hoje Unesc) em 1984. Está em sua segunda legislatura como deputado estadual.

O parlamentar também já foi prefeito de Criciúma por duas vezes, em 1977/1983 e 1989/1992. Na Assembleia Legislativa, integrou as comissões de Transportes e de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, em 1999, e as comissões de Saúde e Meio Ambiente e do Trabalho, em 2001. Suas principais bandeiras são defender o Estado, desenvolver a costa sul catarinense e promover a duplicação da BR-101. (GMP)



Os parlamentares eleitos

Morastoni conquista vitória em Itajaí

(foto Carlos Kilian)

Em seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado Volnei Morastoni (PT), eleito presidente da Casa para o período 2003/2004, disputou pela quarta vez a prefeitura de Itajaí, tendo como vice Eliane Neves Rebello Adriano (PMDB), coligado ainda com o PDT, PSC, PL, PSDC, PHS, PMN, PV e PCDB.

Morastoni obteve 54,15% dos votos válidos, num total de 48.565. O segundo colocado, o ex-prefeito e ex-deputado João Macagnan (PFL), recebeu 45,19% dos votos válidos, um total de 40.530, concorrendo pela coligação PFL, PP, PTB, PSL, PPS, PAN, PRTV, PSB e PSDB. Nascido em 25 de setembro de 1950, Morastoni, é casado com a enfermeira Nausicaa da Silva Morastoni e tem três filhos.

Formado em Medicina pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), é pós-graduado em Pediatria



Morastoni é cumprimentado pelos colegas em Plenário

pelo Hospital de Clínicas da UFPR e em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (RJ).

No parlamento catarinense, a saúde tem sido sua grande bandeira, principalmente em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde). É autor de 28 leis estaduais, com destaque para a Emenda Constitucional nº 20, que amplia o orçamento na área da saúde no Estado e nos municípios catari-

nenses. Outra lei de sua autoria, a de nº 11.077, estabelece a gratuidade na travessia por ferry boat no rio Itajaí-Açu para pedestres e ciclistas. Também é autor da Lei nº 10.759, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar para crianças do pré-escolar e do ensino fundamental das redes pública e privada do Estado.

Foi fundador do PT em Itajaí, em 1980, e por duas vezes consecutivas foi eleito vereador pelo município.

Sobre as prioridades para sua administração no município, destacou a área social, para proporcionar melhor qualidade de vida à população, considerando que Itajaí é o terceiro município do Estado em arrecadação e o 117º em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em seu lugar, vai assumir o primeiro suplente do PT, Vânio dos Santos. (RMPP)

Kleinübing promete rigor nas contas públicas

João Paulo Karam Kleinübing (PFL) tornou-se, aos 31 anos, com 75.783 votos, o mais jovem prefeito de Blumenau.

Nos últimos 13 anos, tempo em que está na política, militou no PFL e ocupou cargos públicos como membro do Conselho Administrativo da Celesc, presidente da Eletrosul - na qual lembra ter administrado um orçamento quatro vezes maior que o da prefeitura de Blumenau. Conquistou em 2002, com 31.407 votos, o primeiro mandato, garantindo uma cadeira no Legislativo catarinense, onde presidiu, em 2003, a Comissão de Constituição e Justiça. Atualmente é presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

São três as linhas básicas que pretende imprimir em sua administração: rigoroso controle das despesas com melhor aplicação dos recursos públicos, prioridade à atenção aos bairros e diálogo permanente e aberto com a cidade. Dentro desta proposta destacam-se ações como a mudança no modelo educacional; a reavaliação do programa Escola Sem Fronteiras; funcionamento dos postos de saúde até as 22 horas; viabilização dos CIEFs (Centros Internacionais de Eventos e Feiras) para colocar o município novamente no mapa do turismo de eventos; revisão do Plano Diretor, e estímulo à geração de emprego e renda, buscando atuar como agente reanimador dos empreendedores.

Com formação acadêmica em Administração e História, na iniciativa privada atuou como executivo nas áreas administrativa, comercial e financeira em duas empresas. Foi relator e defensor do projeto que previa a duplicação dos recursos para bolsas de estudo ao ensino superior. É autor de vários projetos de lei, entre eles o que autoriza o Poder Executivo a implantar Centros de Convivência da Terceira Idade, em convênio com as prefeituras municipais. Sua vaga na AL ficará com Antônio Aguiar. (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



João Paulo Kleinübing quer reanimar empreendedores

Segurança e empregos são prioridades de Rodrigues

(foto divulgação)

Com a proposta de governo denominada "Chapecó Minha Casa", o deputado João Rodrigues, da Coligação Mais Chapecó (PFL, PP, PTB, PPS, PSDC e PV) foi eleito prefeito com 37.949 votos, (43,93% dos votos válidos). "O nosso compromisso com Chapecó será pautado em propostas executáveis. Entre estes, a implantação definitiva do Distrito Industrial, a criação das secretarias da Agricultura e da Segurança Pública, projetos como a Central de Resgate Social e a adoção de políticas agressivas para estimular a geração de empregos", destaca o futuro prefeito.

Para Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública, que realizou diversas audiências em todas as regiões do Estado para traçar um mapa do setor, esta é uma questão que merece destaque juntamente com a geração de empregos. Uma das metas é a instalação de uma central de monitoramento por vídeo. "Isso vai permitir deslocar policiais do centro para os bairros", comenta. Para executar o projeto, João Rodrigues espera contar com o apoio



João Rodrigues na festa da vitória

de comerciantes e empresários do centro da cidade.

Outra meta importante é a desburocratização para a abertura de novas empresas. "Queremos proporcionar a documentação para novas empresas em no máximo 24 horas."

Antes de ser eleito para administrar Chapecó (2005-2008), João Rodrigues teve experiência no Exe-

cutivo Municipal como vice-prefeito (1997-2000) e prefeito (2001 a março de 2002), em Pinhalzinho, no Oeste do Estado. Em 2002, elegeu-se com 48.549 votos, terceiro deputado estadual mais votado em Santa Catarina, destacando-se na defesa da instalação de campus da Udesc no Oeste e na presidência da Comissão de Segurança Pública. Sua cadeira no parlamento ficará com Gelson Merísio. (SD)

Eleição eletrônica: tecnologia catarinense para o mundo

Rose Mary Paz Padilha

Cidade de Brusque, Vale do Itajaí, primeiro turno das eleições presidenciais de 1989. Foi nessa época que o Estado de Santa Catarina ganhou projeção nacional, por realizar pela primeira vez uma eleição onde a convencional urna de lona com voto de papel foi substituída por um computador. Nascia a eleição eletrônica – uma idéia arrojada e pioneira do então juiz eleitoral e diretor do fórum da comarca de Brusque, Carlos Prudêncio, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Anos depois, em 1996, mais uma vez os 43 mil eleitores de Brusque votaram através da urna eletrônica, bem como os 56 municípios brasileiros com mais de 200 mil eleitores. A experiência deu tão certo que hoje todo o país vota em urna eletrônica, considerada rápida e segura.

Apesar do conceito de país subdesenvolvido, o Brasil, através de Santa Catarina, poderá “exportar” esse modelo de votação para outros países. Técnicos estrangeiros estiveram no Brasil no último dia 3 de outubro acompanhando os trabalhos da justiça eleitoral.

Para satisfação do TRE catarinense, o município de São Miguel d'Oeste, no Extremo-oeste do Estado, teve a primeira urna apurada do país, apenas nove minutos depois de encerrada a votação. Também foi Santa Catarina, através do município de Ermo, no Extremo-sul do Estado, a anunciar o primeiro prefeito eleito do Brasil.

Nesta entrevista, o presidente do TRE de Santa Catarina, desembargador Carlos Prudêncio, autor do voto eletrônico, fala sobre o passado, o presente e o futuro das eleições.

AL Notícias – Como surgiu a idéia do voto eletrônico?

Carlos Prudêncio – Por maior surpresa que possa causar às pessoas, a eleição eletrônica nasceu em 1982, de uma idéia minha, e em 1988 foi inserida em um projeto, conjuntamente com meu irmão Roberto, que é analista de computação, quando eu ainda era juiz de Direito e juiz eleitoral na cidade de Brusque.

AL Notícias – Por que essa idéia não foi colocada em prática já na eleição de 1988?

Carlos Prudêncio – Chamo a atenção para o fato de não tê-la colocado em prática, já naquela eleição de 1988, porque o Tribunal Regional Eleitoral de Santa

Catarina, sob o argumento de que ninguém tinha ousado tanto, proibiu-me. Fui boicotado pelo desembargador Ticho Brae Fernandes Neto, que era o presidente. Ele não acreditou que alguém teria ousadia de pensar tanto. Depois de vários “nãos”, disse que se o projeto não existia no mundo, a idéia não daria certo e que eu estaria colocando em risco o grande prestígio do TRE catarinense no Brasil. Quem quer alguma coisa, quer o trabalho, não olha a vaidade pessoal. Tive obstáculos, mas hoje acredito que se não tivesse enfrentado obstáculos não estaria tão satisfeito.

AL Notícias – A grande novidade neste ano foi a apuração em tempo real, realizada mais uma vez com exclusividade por Santa Catarina. Isso exigiu muito trabalho do TRE?

Carlos Prudêncio – Nossa equipe esteve empenhada desde o mês de fevereiro para que isso fosse possível, permitindo que os juizes das zonas eleitorais do Estado divulgassem os dados contidos nos disquetes minutos depois de apurados. Isso foi uma grande conquista, conside-

rando que em anos anteriores os dados eram enviados ao TRE, que depois fazia a devolução à zona eleitoral para a divulgação. Era um processo demorado e incoerente, que não tinha sentido, já que nossa proposta era acelerar a apuração, torná-la ágil. Nas eleições anteriores, a urna era apurada, os dados eram enviados ao TRE e somente depois era feita a distribuição para todo o Estado. Em tempo real, a urna é apurada, os dados são divulgados no telão do local de apuração no município e automaticamente são repassados ao TRE, que coloca à disposição para o restante do Estado.

AL Notícias – Por que o senhor diz que aquela eleição eletrônica feita em Brusque é mais moderna que a atual feita hoje em todo o Brasil, com exceção de Santa Catarina, que fez a apuração em tempo real?

Carlos Prudêncio – No mundo contemporâneo, a agilidade e a compreensão lúcida e rápida fazem parte da velocidade de raciocínio do homem moderno. O processo atual exige que o presidente da seção eleitoral retire e entregue o disquete para a Central de Apuração, mediante recibo; que o servidor coloque o disquete no computador para que os



(foto Carlos Kilian)

dados sejam inseridos no sistema, retire o disquete após a leitura e o deposite em caixa própria. Veja quanta burocracia e perda de tempo das pessoas envolvidas.

É até mesmo paradoxal usar tantas pessoas e papéis em uma eleição informatizada, em que a máquina tem a capacidade de fazer todas essas operações. A semente foi plantada pelo povo catarinense e o povo brasileiro colheu os frutos, em razão de que o sistema informatizado de coleta e totalização dos votos assegura a total transparência e segurança de que o resultado da eleição representa, efetivamente, o que foi depositado nas urnas.

AL Notícias – Santa Catarina acaba com outra novidade, possivelmente para as eleições de 2006, que é o voto digital. Como deverá funcionar o que o senhor batizou de “Eleição Eletrônica do Futuro”?

Carlos Prudêncio – Com toda a certeza, posso afirmar, com absoluta tranquilidade, que a eleição do futuro não está tão distante. A eleição que idealizo, entretanto, vai muito além do que já foi feito, e estou certo, produzirá resultados instantâneos e inquestionáveis, com a mesma segurança do atual sistema, com

uma vantagem que tenho por essencial: a diminuição das verbas públicas utilizadas no processo e a redução considerável na quantidade de pessoas envolvidas. Já apresentamos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o protótipo da “Eleição Eletrônica do Futuro” e tivemos sinal verde para prosseguir com os estudos sobre esse projeto.

AL Notícias – Em resumo, como ela funcionaria?

Carlos Prudêncio – O que pretendo e vou fazer é aliar o “smart card” ou cartão inteligente - que é extremamente seguro e ao contrário dos cartões magnéticos possui processamento interno e assim pode restringir o acesso à sua memória, dependendo de autorização - à outra tecnologia recente: a identificação biométrica, considerada infalível no reconhecimento de pessoas. Esse é um método que permite a um sistema informatizado identificar uma pessoa por suas características físicas, como por exemplo, a impressão digital. O título de eleitor eletrônico une as tecnologias da biometria e do smart card.

É um cartão inteligente onde se encontram armazenados os dados cadastrais do eleitor, a representação codificada da

impressão digital, comprovantes de votação, foto digitalizada e senha. Os dados armazenados no título só são acessados após verificação da impressão digital do eleitor. Aplicada a tecnologia descrita, não haverá mais necessidade da seção eleitoral, pois essa será substituída por terminais de computadores, de escolas e órgãos públicos lo-

calizados em pólos, ao invés das tradicionais urnas eletrônicas. Com esse novo sistema praticamente não haverá justificativa do voto. Para se ter uma idéia, em 2002 foram 200 mil justificativas em Santa Catarina. Através da Eleição Eletrônica do Futuro esse número cairia para menos de 2%, que é o caso de presos provisórios e de pessoas doentes. O uso do smart card permitirá que o hoje inexistente voto em trânsito seja possível, possibilitando ao eleitor exercer seu direito de voto em qualquer lugar onde esteja, do território nacional ou mesmo fora do País. O projeto objetiva maior rapidez na tabulação e contagem de votos, absoluta segurança, imunidade à fraude e total transparência.

“Fui boicotado, mas se não tivesse enfrentado obstáculos, hoje não estaria tão satisfeito”

“A eleição do futuro não está tão distante. Vai muito além do que já foi feito e produzirá resultados instantâneos e inquestionáveis”

Uso de recursos de ações continua sem deliberação

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A sessão plenária de terça-feira (5), primeira após as eleições, foi marcada pela retomada das discussões em torno do Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Executivo, e que permite o uso de parte dos recursos dos depósitos judiciais pelo governo. Colocado em discussão, novamente acabou não sendo votado devido à falta de quórum.

Na quarta-feira (6), o líder do governo na Alesc, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pediu a retirada do regime de urgência do projeto que está em tramitação desde junho. "Dessa maneira, poderemos estabelecer o diálogo, através das comissões, para também avaliar o pleito dos segmentos que têm interesse nessa matéria", argumentou.

Após o pedido de retirada do projeto, em aparte o deputado Afrânio Bopp (PT) contrapôs que, conforme o Regimento Interno da Casa, em seu artigo 145, não seria mais possível a retirada do pedido de urgência, pois o projeto já havia entrado em votação na tarde anterior (5) e que "o mais sensato seria votar ou retirar o projeto da pauta". O deputado Antônio Ceron, líder da bancada pefelista, também pediu a deliberação da matéria. "Temos que dar a nossa contribuição votando ou



Mota, Ponticelli, Nadal e Bopp: sem consenso entre as lideranças

retirando esse projeto. Quero dizer desde já que não sou contra a ida do governador para Moscou, mas temos que ter respeito com a minoria. O governo tem que discutir, argumentar e ter votos. Temos que vo-

tar esse projeto o quanto antes", afirmou.

Depois de muita discussão sobre o que realmente havia acontecido na última sessão, foi solicitada a fita da TVAL, pelos deputados da oposição, para verificar

os encaminhamentos dados na plenária do dia anterior. Na fita, foi comprovado que o projeto tinha entrado em processo de votação e que, portanto, não poderia ser retirado o regime de urgência. Assim, o presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), solicitou aos líderes de bancada que se reunissem para discutir o assunto. Os líderes optaram por colocar a autorização para a viagem do governador na pauta, mas sem inversão de ordem. Portanto, a matéria só poderia ser votada após a discussão e votação dos demais projetos e vetos, incluindo a conta única. Os líderes continuaram discutindo e a decisão tomada pelo presidente da Alesc foi pela verificação de quórum, constatando-se que 17 deputados estavam presentes, número insuficiente para apreciação do PL da conta única.

Na plenária da manhã de quinta-feira (7), a pauta foi des-trancada, com o PL 250 sendo remetido para análise da Comissão de Segurança Pública, já que está vinculado aos reajustes salariais do pessoal da Segurança, pagamento da defensoria dativa e de precatórios. (DAB/MMV/TK)

Avaliação das eleições

A primeira sessão plenária após as eleições municipais, ocorrida na terça-feira (5), esteve recheada de comentários dos deputados contabilizando vitórias e derrotas. O deputado João Paulo Kleinübing (PFL), eleito prefeito de Blumenau, foi o mais cumprimentado durante toda a sessão e também o primeiro a ir à tribuna agradecer aos seus eleitores.

Como um dos parlamentares mais experientes da Casa, Francisco Küster (PSDB) fez um breve relato sobre as eleições e como elas engrandecem o políti-

co. "Já passei por inúmeros pleitos e mesmo perdendo quatro deles posso afirmar que a derrota nos ensina, muitas vezes, mais do que as vitórias. Por isso, digo aos parlamentares que não conseguiram vencer que tirem uma lição positiva", ensinou o deputado, que também lembrou o aniversário da Constituição Brasileira, que estava completando 16 anos.

O líder da oposição, deputado Joares Ponticelli (PP), contabilizou o aumento do número de prefeituras conquistadas por seu partido. "Na região sul do Estado, o Partido Progressista venceu em quase todas as cidades que margeiam a BR-101", afirmou. Em con-

trapartida, o líder de seu partido, deputado Manoel Mota, salientou a vitória do PMDB nas prefeituras da Grande Florianópolis. A líder do PL, deputada Odete de Jesus, manifestou sua satisfação em relação ao número de vereadores e prefeitos que o partido fez no Estado. "Isso só prova que o Partido Liberal continua crescendo em todo o país," comentou.

Os deputados petistas, Wilson Vieira-Dentinho e Dionei Walter da Silva também falaram sobre as eleições em seus municípios, Joinville e Jaraguá do Sul, respectivamente. "Eu espero que os novos governantes cumpram os compromissos assumidos durante a campanha", afirmou Dentinho. (TK/GMP/DAB)

Cumprimentos

Depois de um breve comentário sobre os resultados das eleições, a deputada Ana Paula Lima (PT) parabenizou, na sessão plenária de quarta-feira (6), o deputado João Paulo Kleinübing (PFL), pela conquista da prefeitura de Blumenau. "Um dos princípios consagrados pela democracia é a alternância de poder. Por termos essa visão é que nós do PT recebemos o resultado das urnas com humildade, paciência e muito respeito. Mas continuaremos a luta em defesa da nossa população oprimida", comentou Ana Paula, que também citou os nomes do atual prefeito Décio Lima e do candidato derrotado, Edson Adriano. "Estamos de pé e nada nos abala em nosso ideal", completou. (TK)



Küster lembrou o aniversário da Constituição de 88

Brasil é campeão em cobrança de impostos

O deputado César Gim (PDT) está preocupado com o aumento no volume de trabalho e de responsabilidade dos profissionais contabilistas, além dos altos custos oriundos das obrigações tributárias. Conforme carta enviada pela Fecontesc (Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina) e lida pelo parlamentar, a categoria está apreensiva e insatisfeita com as inúmeras obrigações acessórias que prevêem multas de até R\$ 5 mil por mês, em caso de atraso em relação aos impostos. O excesso de responsabilidade também é mencionado. Na carta, o presidente da Fecontesc, Vilso Isidoro, pede a intervenção do Senado, da Câmara Federal e do governo estadual para a redução das obrigações acessórias.

Segundo o parlamentar, o Brasil é perito em criar e impor tributos aos brasileiros e é o líder mundial de pagadores de tributos. "Uma família com a renda mensal de R\$ 5 mil paga por mês, em média, R\$ 3.284 em impostos, ou seja, 65,7% da renda familiar. Isso é um absurdo. Temos que dar um jeito de mudar essa situação", disse. (GMP)

A trajetória do voto feminino

Tatiana Kinoshita

Para chegar ao poder em Santa Catarina é necessário convencer um verdadeiro exército de saias. Isso porque o eleitorado feminino no Estado soma, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, 50,05%, contra 49,95% de votos masculinos. Estes poucos pontos percentuais fazem a diferença entre chegar ao poder e amargar uma derrota.

Interessada em saber como as mulheres estão exercendo seu poder de voto, a equipe do Icesp (Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos) realizou uma pesquisa, em parceria com o Instituto de Pesquisa Lupi e Associados, intitulada Trajetória do Voto Feminino, que procurou averiguar quais os fatores relevantes do voto feminino e o que elas pensam na hora de votar.

Ao todo, 400 mulheres, moradoras de Florianópolis, maiores de 16 anos e de todas as classes sociais responderam a um questionário com 21 perguntas abertas e 39 com alternativas fixas de respostas. Segundo a diretora da Lupi Associados, Suzana Lupi, este tipo de questionário faz com que as respostas sejam fornecidas mais claramente, já que, em muitos casos, as mulheres podiam falar o quanto achavam necessário.

Conforme a presidente do Icesp, Zuleika Mussi Lenzi, esta pesquisa pretende contribuir com o envolvimento da mulher nos processos eleitorais, além de incentivar sua presença nos níveis de decisão, bem como desenvolver estratégias de comunicação para fomentar o debate público. "Obtivemos grandes surpresas ao realizar esta pesquisa e pretendemos, futuramente, estender este trabalho por todo o Estado", afirmou.



Zuleika Lenzi: "Ampliar o envolvimento".

Perfil da eleitora

A eleitora florianopolitana pode considerar-se uma privilegiada perante o resto do país. Do total de entrevistadas, 78% moram em imóveis próprios, sendo que 70% exercem atividades remuneradas e 55% têm renda familiar mensal de até R\$ 1.300. Além de trabalharem fora, e em 29% dos casos serem as únicas responsáveis pela manutenção da família, as mulheres procuram se manter bem informadas, sendo que 97% afirmaram que costumam ver e ouvir notícias. "Isso mostra que as mu-



Rafaela Leuchtenberger: participação jovem

lheres se preocupam em saber o que está ocorrendo e, com isso, elas se tornam formadoras conscientes de opinião", afirmou Suzana Lupi.

Conceito político

As mulheres afirmaram não se interessar por política em 56% das entrevistas. O maior motivo é acharem que os políticos são mentirosos, corruptos e ladrões (81%). Mas isso não significa que para elas as mulheres atuantes nessa área sejam melhores. Para 45% delas, ambos os sexos são iguais no quesito honestidade.

Por que as mulheres se candidatam a cargos políticos?

Para 92% das entrevistadas, elas entram na vida pública para conquistar espaço e se igualarem aos homens, seguido de 81% que acham que tentar mudar ou melhorar a sociedade seja o principal motivo.

Além disso, dizem que 68% das entrevistadas a participação feminina na vida política é muito boa. Este grande percentual deixa claro que as eleitoras credi-



(fotos Carlos Kilian)

Mulheres estão acreditando mais no gênero

tam no potencial das mulheres que ingressam na vida pública e desmitifica uma lenda antiga de que mulher não vota em mulher", argumenta Suzana. "Mas, para 50% das eleitoras, qualidades como honestidade, sinceridade, caráter e integridade são fundamentais em qualquer candidata, já que 58% afirmaram que as mulheres vêm demonstrando capacidade administrativa igual, ou melhor que os homens", completou.

Principais problemas

O transporte coletivo (tarifa, planejamento e horários) é o principal problema de Florianópolis para 26% das entrevistadas, seguido da violência (drogas, falta de policiamento), com 20%. Para Suzana, o olhar feminino sobre os problemas da cidade é semelhante ao masculino. "A questão é quem é melhor para resolver os problemas da cidade, os homens ou as mulheres? As entrevistadas consideraram indiferente o sexo, mas é necessário destacar que, mesmo em proporções relevantes, a mulher se vê mais capacitada que o homem (8,5% para 15,2%) para a resolução desses problemas", comentou Suzana.

Escolha dos candidatos

Cerca de 30% das mulheres em estudo escolhem seus candidatos a prefeito analisando seu passado político, como o exercício de outros mandatos ou suas realizações profissionais. A eleitora quer um prefeito realmente competente (64%), que realize um bom trabalho para a comunidade (58%).

Para candidatos a vereador, o quadro não é diferente. Passado político, projetos e outros

mandatos são os principais fatores que influenciam na escolha de 26% das eleitoras, seguidos de 16% que preferem analisar as propostas de cada candidato.

O horário político exerce uma influência negativa para 67% das eleitoras, que preferem analisar os candidatos de outra forma. Segundo Suzana, isto ocorre porque não existe uma avaliação política positiva dos candidatos. "Por isso, para a grande maioria é perda de tempo assistir ao horário político gratuito", explicou.

O voto

A população feminina que acompanha a política divide-se em relação ao voto. Metade escolhe pontualmente, sem vinculação ou orientação partidária. A outra metade opta por candidatos que representam os mesmos alinhamentos ideológicos que, de forma simplificada, denomina-se esquerda ou direita. Entre as entrevistadas, é reduzido o número das que são filiadas a partidos: 24%.

Apesar das mulheres serem as maiores usuárias das políticas públicas, principalmente na área da saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho, elas estão sub-representadas politicamente e com acesso mínimo aos níveis de decisão nos poderes Executivo e Legislativo. "Entretanto, podemos verificar que as mulheres estão mais cientes de seu papel e acreditam que sua capacidade de legislar ou governar é igual ou maior que a dos homens, principalmente por acharem que elas são mais compromissadas com a verdade e são menos corruptas", finalizou Suzana.



Nely da Costa, 70 anos